ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ALFREDO MANGUEIRA *(ad hoc)*

Compareceram os senhores vereadores: ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DÉBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA estando licenciados os vereadores Hélio Ferreira e Luiz Carlos Suíca. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou de Requerimento de licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, foi votada e aprovada a licença do vereador Hélio Ferreira (3 de dezembro). No **Pinga Fogo**, o vereador Anderson Ninho celebrou o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, comemorado no dia 3 de dezembro. Contou que é deficiente físico após um atropelamento que sofrera na sua adolescência. Informou que fora autor de uma Lei que disponibiliza uma carteirinha de identificação aos deficientes físicos de Salvador. Cobrou celeridade na regulamentação da Lei e na confecção destas

carteirinhas. Elogiou o trabalho do prefeito Bruno Reis e de sua vice-prefeita Ana Paula Matos em prol dos deficientes físicos. Colocou-se à disposição dos deficientes físicos. Registrou a presença do vereador de Simões Filho Genival Lima. O vereador Randerson Leal solidarizou-se com os familiares das vítimas do deslizamento de terra em Saramandaia. Saudou o vereador de Simões Filho Genival Lima. Comemorou a recriação da secretaria de Esporte e Lazer pela Prefeitura de Salvador. Mencionou a visita que o paratleta Tiago Nogueira, tetracampeão mundial de parajiu-jitsu, fizera ao seu gabinete. Discorreu sobre a importância do esporte. Celebrou a recondução de dois clubes nordestinos, o Ceará e o Sport, à primeira divisão do Campeonato Brasileiro. Comentou que o clube Juazeirense, no qual é diretor, disputará a quarta divisão do Campeonato Brasileiro. Agradeceu à Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final pela aprovação de seu Projeto de Indicação que trata da colocação de detectores de metal nas escolas municipais de Salvador, destacando a importância da medida para aumentar a sensação de segurança. O vereador Cláudio Tinoco ressaltou a importância das matérias que são aprovadas na CMS para a cidade. Contestou a afirmação proferida pela oposição de que os cemitérios municipais seriam privatizados, explicando que se trata de uma parceria público-privada regularizada por lei. Citou diversas situações em que o Governo Estadual e outros governos petistas se utilizam de parcerias público-privadas. Criticou a parcialidade dos vereadores da oposição em avaliarem as parcerias público-privadas. Informou que semana passada a prefeitura lançara um guia de concessões detalhando o processo das parcerias público-privadas. Pediu a ampliação deste debate com a realização de audiências públicas. O vereador Augusto Vasconcelos agradeceu ao senhor presidente a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 21/2014 para votação. Noticiou o lucro do banco Bradesco no último ano, apontando a contradição entre o crescimento do banco com o fechamento de agências e demissão de funcionários. Condenou a pressão sofrida pelos funcionários do banco para bater metas e vender produtos. Mencionou que

hoje reunira-se com o Sindicato dos Bancários da Bahia junto ao Bradesco para a discussão destes assuntos e sobre o plano de saúde dos funcionários. Repudiou o fechamento de agências no interior, comentando que o fechamento prejudica a economia local. Avisou que na próxima segunda-feira ocorrerá uma reunião entre o Sindicato dos Bancários da Bahia e a Federação de Bancários da Bahia e do Sergipe, que elegerá uma nova diretoria. Enalteceu a atual diretoria, afirmando a Federação é uma das mais importantes entidades sindicais do Brasil. Mencionou a discussão que recomeçará amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, a respeito da "PEC das Praias, alertando para os efeitos danosos que esta PEC pode causar ao litoral brasileiro. Comentou sobre o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, repudiando o capacitismo. Comentou que a parceria público-privada envolvendo cemitérios não é viável, citando exemplos de outras capitais em que houve um aumento considerável dos serviços. Afirmou que serviços essenciais devem permanecer sob o controle do estado. O vereador Alexandre Aleluia discorreu sobre a Sessão Especial em homenagem ao vereador Edvaldo Brito, manifestando sua honra por sugerir e presidir a Sessão. Reiterou seus parabéns ao homenageado. Comentou sobre a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final do Projeto de Lei de sua autoria que veda a contração, por parte da prefeitura, de artistas cujas letras façam apologia ao crime, ao sexo e às drogas. Mencionou que dera entrada a um Projeto de Lei que combate à exclusão sumária de motoristas por aplicativos das plataformas, protegendo seu direito de ampla defesa e do contraditório. Registrou a presença do vereador eleito Rodrigo Amaral. Adentrou-se a **Ordem do Dia,** sendo inicialmente apreciado o Projeto de Lei n. 171/24, que altera a meta de Resultado Primário constante do Anexo de Metas Fiscais da Lei Diretrizes Orçamentárias de 2024, atualizada pela Lei Orçamentária Anual deste exercício, Lei nº 9.776, de 28 de dezembro de 2023, e pela Lei nº 9.813, de 10 de abril de 2024, na forma que indica, com parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização. Em <u>discussão,</u> a vereadora Marta Rodrigues

manifestou surpresa com o Projeto de Lei em discussão. Apontou a falta de transparência da Prefeitura no envio do Projeto. Expôs suas dúvidas se a mudança da meta fiscal está relacionada com as chuvas e as obras que serão feitas. Expôs que o Projeto de Lei atenta contra à Lei da Responsabilidade Fiscal, explicando que ao alterar o LDO deve-se também alterar o Plano Plurianual (PPA). Criticou a falta de participação popular e de estudos na elaboração do Projeto de Lei. Leu um parecer do Tribunal de Contas dos Municípios que aponta a imperícia da Prefeitura no cálculo de suas receitas. O vereador Augusto Vasconcelos afirmou que o Projeto de Lei demonstra a má gestão fiscal da Prefeitura. Criticou a falta de transparência e de participação popular na elaboração do Projeto de Lei. Contestou o argumento dado pela Prefeitura que o aumento do déficit é devido às obras emergenciais causadas pelas chuvas de novembro, sugerindo motivos eleitoreiros para o aumento do déficit. Demonstrou que o investimento da Prefeitura em Defesa Civil cai ano a ano. Apontou a incapacidade de planejamento da Prefeitura. Criticou a atual gestão fiscal, denunciando o crescente endividamento, que, segundo o vereador, afugenta novas negócios. O vereador Sílvio Humberto criticou a gestão fiscal de Salvador, associando-se aos vereadores Augusto Vasconcelos e Marta Rodrigues. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 171/24 foi aprovado até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Augusto Vasconcelos, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 21/2014 que altera dispositivo da Lei nº 8.199/2012, na forma que indica, com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Fiscalização. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 21/2014 foi aprovado até a Redação Final. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerilha agradeceu ao senhor presidente pela votação do Projeto de Lei n. 21/2014, destacando a vitória da Fundação Galdino Santana. Foram votadas e aprovadas as Moções n.s 227/2024, 229/2024, 230/2024 e 232/24. Foram votados e aprovados os Requerimentos n.s 130/2024, 131/224, 132/2024 e 133/2024. Nas

Representações Partidárias, o vereador Átila do Congo apontou a empresa Intermarítima como a responsável pelo tráfego de veículos pesados em horários inapropriados com produtos químicos na região de São Tomé de Paripe. Comentou sobre os prejuízos causados à população. Cobrou regramento por parte da Prefeitura. Pela Oposição, a vereadora Marta Rodrigues criticou a Lei n. 964/21que trata do plano de concessão da Prefeitura, afirmando que na ocasião a oposição votara contra. Mencionou estudos que apontam a inviabilidade de entregar os cemitérios à iniciativa privada. Manifestou sua preocupação com a discussão do "PEC das Praias" no Senado Federal. Criticou a concessão de uma faixa da orla de Salvador à uma única empresa. Cobrou transparência, participação popular e estudos sobre este caso. Discorreu sobre o direito à cidade. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco advertiu que a Prefeitura disponibilizou uma consulta pública em relação aos quiosques da orla por trinta dias. Destacou a transparência e publicidade do processo licitatório. Afirmou que não haverá privatização das praias em Salvador. Verificada falta de *quórum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quórum*, o senhor presidente Isnard Araújo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO